



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FUNDO SETORIAL DE ENERGIA- CT-ENERG

Data: 22/09/2011

Horário: das 9h30m às 13h

Local: Sede do CNPq – BRASÍLIA -DF

1. PRESENTES

1.1 – Membros do Comitê Gestor

Ronaldo Mota– MCTI – Presidente do CT-ENERG

Fernando de Nielander Ribeiro – FINEP

Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo– CNPq

Máximo Luiz Pompermayer - ANEEL

José Viriato Coelho Vargas – Comunidade Científica / UFPR

José Simões Neto – Setor Produtivo/ABCE

Fábio Luis Heineck – Setor Produtivo/Gerdau

Ausências Justificadas

Altino Ventura Filho – MME

Luiz Pinguelli Rosa – Comunidade Científica/COPPE-UFRJ

1.2 – Equipe Técnica e Convidados

Adriano Duarte Filho - MCTI/SETEC

Eduardo Soriano – MCTI/SETEC

Damísia Carla Cunha Lima – CNPq

Elisabeth Saavedra Rivano – MCTI

Jairo José Coura - MCTI

Laercio de Sequeira – FINEP

Marcos Costa – MCTI

Roberto Meira Junior – MME

Samira S. F. de Sousa - MCTI

2. PAUTA DA REUNIÃO

1. Abertura e boas vindas — Presidente do Comitê;
2. Apresentação pelas Agências FINEP e CNPq da situação de execução das ações aprovadas em exercícios anteriores;
3. Orçamento 2011 para o FNDCT;
4. Plano de Investimentos aprovado pelo Conselho Diretor do FNDCT;
5. Apresentação do Programa de PD&I em Energia;
6. Discussão das propostas para 2011;
7. Elaboração do Documento de Diretrizes do Fundo Setorial;
8. Outros Assuntos

3. ANDAMENTO DA REUNIÃO

1. Abertura e boas vindas

O Presidente do Comitê, Dr. Ronaldo Mota, após dar as boas vindas aos participantes, em especial aos novos membros, apresentou a pauta prevista e, com a concordância de todos, deu início ao primeiro ponto da pauta. Fez um breve histórico do CT-Energia, ressaltando a boa interação com o MME. Mencionou que em 2010 foi estabelecido por meio de uma portaria um grupo de trabalho junto à ANEEL na busca de uma coerência entre as ações executadas pela ANEEL e as executadas pelo CT-Energ. Afirmou que o resultado do trabalho foi de relativo sucesso, levando-se em consideração as diferenças de contextos e realidades.

Com relação ao Orçamento de 2011, explicou que a Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada para o FNDCT é da ordem de R\$ 3,33 bilhões, com um contingenciamento de R\$ 610 milhões. No que tange ao CT-Energia, disse que o valor autorizado na LOA aprovada é de R\$ 54,91 milhões, dos quais R\$ 2,75 são referentes a taxas e despesas administrativas, R\$ 43,78 milhões a compromissos anteriores e R\$ 8,38 milhões para novas ações a serem deliberadas pelo Comitê Gestor para 2011. Este mesmo montante está previsto para 2012. Ronaldo Mota ressaltou que os recursos a serem aplicados não são tão expressivos em decorrência de uma série de fatores, entre os quais a plurianualidade dos projetos, que gera compromissos pré-estabelecidos, havendo, portanto, um conjunto de despesas previstas para 2011 decorrentes de anos anteriores. Apontou que outro agravante era o fato de a reunião estar ocorrendo no final de setembro, o que implicava curto prazo para a implementação de novas ações. Salientou que, no cenário de possibilidades a ser apresentado, dever-se-ia buscar um caminho para aplicação plena dos recursos de 2011 dentro do que o Comitê julgar adequado.

2. Apresentação pelas Agências FINEP e CNPq da situação de execução das ações aprovadas em exercícios anteriores.

Laércio de Sequeira, Secretário Técnico do CT-Energia na FINEP, apresentou o balanço das ações que estão em desenvolvimento. Com relação às ações verticais decididas pelo Comitê em 2010 e que comprometem R\$ 16,26 milhões, explicou o seguinte:

- a. “Complementação da infra-estrutura de laboratórios e planta-piloto da Embrapa Agroenergia”, no valor total de R\$ 5,00 milhões e cuja executora é a Embrapa, encontra-se em análise na Agência.
- b. “Desenvolvimento de Competência em geração distribuída com sistemas fotovoltaicos conectados à rede elétrica de baixa tensão”, no valor total de R\$ 3,26 milhões e cuja executora é USP, encontra-se em contratação na FINEP.
- c. “Implantação de Planta Piloto de Geração Heliotérmica”, no valor total de R\$ 8,00 e que está sendo capitaneada pelo CEPEL, encontra-se em fase de análise.

O Conselheiro José Simões indagou o fato de que, apesar de se estar decidindo a alocação de recursos para 2011, ainda existem pendências de ações de 2010 a serem

resolvidas. Solicitou, então, que em 2012 esse fato não volte a correr. O Presidente Dr. Ronaldo Mota fez a observação de que a preocupação é pertinente, mas que as decisões foram tomadas no final de 2010 e que no caso de ações que envolvem muitos executores a burocracia é maior.

Em seguida, Laércio apresentou a situação das ações transversais sob responsabilidade da FINEP que contam com recursos do CT-Energia:

- a. “Apoio ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron – LNS”, com participação de R\$ R\$ 30 mil do CT- Energia, foi transferida para ser executada pela ABTLus.
- b. “Implantação e início de operação do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol – CTBE”, para o qual foram transferidos R\$ 6,00 milhões do orçamento de 2010 (mas a transferência dos recursos ocorreu somente em 2011).
- c. “Absorção e desenvolvimento de tecnologia de baterias avançadas (sódio)”. Um projeto capitaneado pela ITAIPU, que já está assinado e envolve transferência com desenvolvimento de tecnologia.
- d. “Apoio ao desenvolvimento de metodologia de análise de envelhecimento e degradação de biodiesel e suas consequências e formas de mitigação”, com total valor total de R\$ 4,80 milhões, está em fase de contratação.

Conselheiro José Simões pergunta se os recursos das ações são reembolsáveis. Fernando Nienlander, representante da FINEP, esclarece que toda aplicação do CT-Energia é na modalidade não reembolsável, mas que existiam operações realizadas com recursos do FNDCT na modalidade de crédito para empresas. Com relação à questão do retorno dos direitos, esclareceu que o MCTI e as agências FINEP e CNPq deixam a questão da propriedade e do compartilhamento do eventual resultado econômico dessas pesquisas para ser decidida entre os partícipes, mas que se tratava de uma questão aberta, prevendo-se situações futuras em que ela será abordada de maneira mais precisa. O presidente Ronaldo Mota explica que coordena um grupo técnico de propriedade Intelectual no MCTI, cuja política é estimular as instituições e empresas a se preocuparem com o tema. já que isto gera muita burocracia e o retorno que se espera é para a sociedade, não cabendo às agências a preocupação pela propriedade Intelectual. Conselheiro Máximo Luis Pompermayer, representante da ANEEL, comenta que essa preocupação foi levantada na ANEEL e que há uma regulamentação do resultado econômico: há regras para compartilhar receita, uma parte ficando com os agentes e parceiros e outra, que tem tarifa regulada, sendo capturada na revisão tarifária, de forma que o contribuinte se beneficia do resultado econômico. Disse haver regulamentos para capturar benefícios de projetos de P&D. Laércio lembrou um projeto capitaneado pelo IPT, intitulado “Gaseificação de Biomassa de Bagaço de Cana”, que ficou parado por um ano por questões da propriedade intelectual. Por fim, Laércio apresentou uma listagem com projetos de destaque financiados pelo CT-Energ e o resultado, até 05/09/2011, dos recursos aplicados pelo Fundo em 2010/2011. O presidente Ronaldo Mota esclareceu que, se fosse de interesse do Comitê a apresentação de algum projeto específico, poderia ser programada para a próxima reunião uma exposição sobre o projeto, convidando-se seu coordenador para a apresentação.

Na sequência, Damisia Cunha Lima, representante do CNPq, apresentou o balanço das ações de 2009 a 2011 em desenvolvimento no CNPq. Com relação às ações verticais, foram aprovadas duas encomendas no valor de R\$ 2,09 milhões e três editais no valor de R\$ 33,13 milhões.

- a. Encomenda CT-Energ/2009, “Formação de Recursos humanos e pesquisa aplicada em combustíveis nucleares avançados”.
- b. Encomenda CT-Energ/2009, “Fortalecimento da Rede Nacional de Combustão e Capacitação de Recursos Humanos em Combustão e Gaseificação”.
- c. Edital MCT/CNPq 20/2009, “Formação de recursos humanos nas áreas de produção e conservação de combustíveis sólidos com o foco em biomassa e carvão”, no valor de R\$ 7,00 milhões, com duas linhas de ação: i) Linha 1 – “P,D&I em tecnologias aplicadas a biomassa”, na qual foram contratados 16 projetos; ii) Linha 2 – “P,D&I em tecnologias aplicadas ao carvão mineral, com foco na geração termelétrica e no uso siderúrgico”, na qual foram implementados 21 Projetos.
- d. Edital MCT/CNPq 04/2010, “Capacitação e formação de RH laboratorial para pesquisa desenvolvimento e inovação na área de energia elétrica e hidrogênio nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste”, no valor R\$ 13,00 milhões, com duas Linhas: i) Linha 1 – “Energia Elétrica” (13 projetos implementados); ii) Linha 2 – “Hidrogênio” (19 projetos implementados). Damisia observou que foram aprovados apenas R\$ 11,67 milhões, refletindo a dificuldade de implementação de projetos nessas regiões.
- e. Edital MCT/CNPq 05/2010, “Capacitação laboratorial e formação de recursos humanos para P,D&I na Área de Energias Renováveis”, com cinco linhas: i) Linha 1 – “Energia Eólica” (11 projetos implementados); Linha 2 – “Micro e Pequenas Centrais Hidroelétricas” (05 projetos implementados); Linha 3 – “Energias do Mar” (04 projetos implementados), Linha 4 – “Energia Solar Fotovoltaica” (12 projetos implementados); Linha 5 – “Mudanças Climáticas, climatologia e Meteorologia” (12 projetos implementados). Foi informado que neste Edital há projetos contemplados e não implementados por falta de recursos.

Como ação transversal, foi aprovado um edital no valor de R\$ 11,96 milhões, dos quais R\$ 4,00 milhões do CT-Energia e R\$ 8,00 milhões do CT-Petro.

- a. EDITAL MCT 46/2009, “Formação de Recursos humanos na cadeia produtiva do etanol e biodiesel”, com duas linhas de ação: i) Linha 1 – “P,D&I na cadeia produtiva do Etanol” (50 projetos implementados); ii) Linha 2 – “P,D&I na cadeia produtiva do Biodiesel” (80 projetos implementados).

Damisia encerra a apresentação ressaltando que há uma proposta de Avaliação junto ao MCTI, de um projeto na Área do Biodiesel, e agenda com o CGEE um Seminário de Avaliação para divulgação de Resultado.

Conselheiro Máximo Pompermayer, representante da ANEEL, comentou que há mérito em todas as ações, mas que os valores eram pouco expressivos diante das

necessidades. Citou como exemplo um projeto do CEPEL, com pleito de R\$ 250,00 milhões, para o qual poderiam ser destinados recursos do CT-Energ em 2012. Salientou que os recursos do Fundo deveriam ser aplicados em ações mais estruturantes. Damisia Cunha Lima ressalta que ações de longo prazo poderiam almejar a formação de recursos humanos em áreas estratégicas. Conselheiro Vargas disse concordar com as colocações do representante da ANEEL, mas acrescenta que quantias de cerca de R\$ 1,00 milhão são fundamentais para as universidades.

3. Apresentação do Programa de PD&I em Energia

Em seguida, foi realizada a apresentação do “Programa de P,D&I em Energia”, por Eduardo Soriano. Foi apresentada uma síntese das ações da área de Energia no contexto das recentes políticas industriais (Política Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior – PITCE, Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP) e da área de C,T&I (PACTI 2007-2010). Foi abordada a questão da sinergia dos programas mobilizadores em áreas estratégicas e, com relação à ENCTI 2011-2015, que está em fase de elaboração, citou uma lista com exemplos de projetos estruturantes.

4. Discussão das propostas para 2011

O Presidente Ronaldo Mota sintetiza que estavam disponíveis para deliberação pelo Comitê Gestor, em 2011, R\$ 8,38 milhões, com igual valor disponível para 2012. Ressaltou que as diretrizes da discussão sobre a alocação desses recursos deveriam se aplicar com eficiência os recursos de 2011, procurar não iniciar ações novas (por não haver tempo hábil) e não comprometer os recursos para 2012. Exemplificou que, no caso do CT-Mineral, tinha-se optado por apoiar projetos já aprovados em edital, mas que por falta de recursos não haviam sido contratados. Damisia Cunha Lima, representante do CNPq, apontou que se essa fosse a decisão do Comitê, poderiam ser alocados recursos citando o edital 05/2010 (Linha 4 – Energia Solar Fotovoltaica), nos quais havia demanda aprovada, mas não recursos para contratá-lo. Fernando Nielander, representante da FINEP, sugeriu que, para além da opção de aplicar os recursos em projetos correntes, o Comitê deveria planejar para 2012 e além (projetos plurianuais) e buscar a captação de recursos em outros instrumentos, como a Subvenção Econômica, ações transversais e nos créditos operados pelas empresas. Conselheiro Vargas acrescenta que era um pouco frustrante não propor novas ações e recomendou que houvesse planejamento antecipado. Apresentou, em seguida, uma proposta de ação, na modalidade chamada pública, intitulada “Tecnologia de energias renováveis para geração de potência distribuída”. Após uma profícua discussão, o Comitê aprovou a alocação dos recursos disponíveis para contratação de projetos não contemplados por falta de recursos do Edital MCT/CNPq 05/2010, na linha de energia solar fotovoltaica.

5. Elaboração do Documento de Diretrizes do Fundo Setorial

Inicialmente, o Presidente Ronaldo Mota fala da importância do documento de Diretrizes do Fundo Setorial, do qual constariam os critérios e eixos para subsidiar as decisões dos próximos anos. Adriano Duarte faz um breve histórico descritivo, explicando que com o apoio do CGEE foi elaborado, em 2002, um Documento de Diretrizes do CT-Energ, o qual se encontrava, no entanto, defasado. Relembrou que, em reuniões anteriores do Comitê, uma atualização desse documento havia sido debatida e

que a professora Elizabeth Cartaxo havia elaborado um documento de comentários às diretrizes, o qual poderia servir de subsídio para essa revisão. Explicou que a proposta era encomendar ao CGEE a revisão das Diretrizes, com a supervisão do Comitê. Conselheiro José Simões sugere para novembro um relatório situacional. Hamilton Moss pede que o documento seja encaminhado antes da próxima reunião. O Presidente Ronaldo Mota esclareceu que o CGEE havia sido escolhido pelo histórico e qualidade do trabalho realizado. Conselheiro Maximo Pompermayer citou como exemplos os estudos de prospecções no setor energia realizados pelo CGEE. O Presidente Ronaldo Mota sugeriu formar uma comissão, com membros do setor produtivo, acadêmico e pessoas do MCTI. Foi sugerido que os conselheiros Fábio Luis Heineck e José Simões Neto coordenassem a comissão, mas que todos os membros tomassem parte. Com a concordância de todos, enquanto o Documento não for finalizado, utiliza-se o Documento atual.

6. Esgotada a Pauta, o Presidente agradeceu a todos e encerra a Reunião.

4. DELIBERAÇÕES

1 – DECISÃO 1: Aplicação de recursos 2011

Apoio à demanda qualificada da linha de pesquisa 4 – Energia Solar Fotovoltáica do EDITAL MCT/CNPq 05/2010 - Capacitação Laboratorial e Formação de Recursos Humanos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na Área de Energias Renováveis.

Valor alocado: R\$ 8,38 milhões do orçamento 2011 referente às ações verticais do CT-Energ.

A recomendação do Comitê é de que o pagamento do valor dos projetos selecionados seja feito em parcela única, utilizando apenas recursos de 2011, sem comprometimento dos recursos de 2012.

O Termo de Referência será elaborado pela SETEC/MCT, conforme formulário definido pela ASCOF/SEXEC/MCTI.

2 – DECISÃO 2: Diretrizes do Fundo Setorial de Energia.

Os membros Fábio Heineck e José Simões coordenarão os trabalhos de revisão das Diretrizes do CT-Energ.

Para apoio ao desenvolvimento e execução dos trabalhos foi indicado o CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, a ser contratado pela SEXEC.

O Comitê Gestor do CT-Energ acompanhará a elaboração do novo documento de Diretrizes junto ao CGEE. O Documento deverá ser submetido m reunião do Fundo para aprovação final.

Brasília, 22 de setembro de 2011.

Ronaldo Mota
Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia

